

AMÉRICO ANTÓNIO LINDEZA DIOGO — *Literatura Infantil — História, teoria, interpretações*, Porto, Porto Editora, 1994, 128 pp.

1. Num país como o nosso, em que a literatura infantil – de tradição recente e com poucas obras que suscitem a unanimidade dos clássicos – se encontra ainda em processo de legitimação, compreende-se a escassez e a indigência de estudos teóricos, críticos ou historiográficos sobre este domínio. Um passo importante para a superação dessa lacuna é representado por este ensaio de Américo Lindeza Diogo. Com efeito, liberto das limitações que resultam da consideração desta área da literatura a partir da pedagogia, e convocando bibliografia e metodologias pouco usuais entre nós, o A. apresenta uma série de contributos muito inovadores no que diz respeito à conceituação e ao objecto da literatura infantil, a determinados aspectos da sua história e à análise crítica de algumas das suas obras.

O primeiro momento do ensaio é consagrado à refilexão sobre determinados aspectos da história da literatura infantil, o que permite ao A. ir avançando com propostas relacionadas com a sua conceituação e caracterização. Considerando que «O que pensamos da literatura, o que, graças à sua instituição, nos dispensamos de pensar, e o que a teoria da literatura tem pensado e pensa como literatura» (p. 7) permite dar como adquirida a integração da literatura infantil na literatura, Lindeza Diogo começa por questionar a definição da primeira como literatura adquirida: «aquela que as crianças conquistaram para si, isto é, aquela que as crianças activa e selectivamente receberam como tal» (p. 8). Observando que o plano da recepção não é suficiente para se poder decidir em absoluto do infantil de uma literatura, contrapõe a esta uma outra definição mínima, em que a classificação seria feita *a priori*: literatura infantil é aquela que os editores assim apresentam, até porque «O circuito de circulação dos livros infantis, sendo específico, não é especificamente infantil» (p. 16). A partir desta constatação, o A. encara depois, numa perspectiva histórica, as estratégias editoriais, comentando os propósitos mais ou menos iluministas que elas tenderam a assumir. Colocando a literatura infantil no domínio da biblioterapia, essas orientações fizeram do infantil «veículo de informação, que põe o deleite ao serviço da aquisição de conhecimentos» (p. 17). Fazendo uma referência ao caso português, nota o A. que essa tradição iluminista se prolongou para lá da I República, por intermédio de escritores como João de Barros, António Sérgio, Afonso Lopes Vieira ou Correia de Oliveira.

Ainda a propósito da formação histórica do campo da literatura infantil, sustenta Lindeza Diogo que ela não dependeu apenas do sistema educativo e da literatura oral, mas beneficiou também da influência do romance popular, que lhe terá servido de modelo inicial. Nesse sentido, a expansão da literatura infantil seria relacionável com a

difusão de um certo ideal doméstico, para cuja elaboração foi essencial o papel das classes médias.

Acompanhando esta reflexão sobre alguns aspectos da história da literatura infantil, o A. vai tentando surpreender as suas características. Assim, observa que ela «sofre de várias limitações impostas pela recepção (desenvolvimento emocional e cognitivo, socialização incipiente), como de limitações extrínsecas que se manifestam em vários tipos de censura, na sua ligação privilegiada à instituição pedagógica e, finalmente, no seu carácter tendencialmente mercantil» (p. 36).

Aprofundando a comparação entre a literatura infantil e a sua *irmã maior*, nota também que aquela pode surgir como forma de preservação da latência do sistema, designadamente daquilo a que John Rowe Townsend chamou «sense of story». Num outro plano, o A. defende que a distinção entre ambas as literaturas pode ser bem percebida a partir da consideração dos géneros e dos registos discursivos. Uma das características distintivas da literatura infantil estaria justamente na especificidade dos seus géneros, «ou porque próprios ou porque dominantes» (p. 65). À excepção de alguns mais recentes, parte dos quais saída da literatura de massas, eles encontram-se perfeitamente definidos desde o início, podendo — de acordo com a formulação de Zohar Shavit — ser apresentados do seguinte modo:

«Shavit considera a influência de três modelos na sua constituição, todos eles saídos do universo pedagógico, sob cuja influência o sistema infantil passou da mais unânime das homogeneidades à heterogeneidade funcional: o modelo moralista (de Rousseau), o modelo informativo (de Locke e do mesmo Rousseau) e o modelo da história animal (de Locke), que foi chamado a substituir o modelo possível do conto de fadas, então julgado antipedagógico. Estes modelos estariam respectivamente na origem da história moral, da história instrutiva e da fábula animal» (p. 65)

2. O segundo momento do ensaio de Lindeza Diogo é dedicado à literatura infantil portuguesa. A propósito da sua fase inicial, afirma com inteira razão que o legado do século XIX não é suficiente «para que se possa seriamente considerar uma literatura infantil» (p. 73). Duas explicações são avançadas: uma, de ordem sociológica, aponta para o atraso do país e a exiguidade da sua classe média enquanto factores que inviabilizaram a produção de literatura infantil em quantidades apreciáveis; a outra — mais um sintoma que uma causa — é de ordem literária, tendo a ver com «a quase ausência da infância como tema poético, e a ausência da criança como protagonista de romances, novelas e contos ao longo de todo o século anterior» (p. 73)

Concentrando depois a sua atenção na primeira metade do século XX, o A. apresenta dois interessantes estudos consagrados a figuras que, por razões diferentes, muito raramente são estudadas, ou sequer citadas, no âmbito da literatura infantil portuguesa. O primeiro — intitulado «Caeiro e *Winnie-the-Pooh*: A infância, o cepticismo e o clown» — é dedicado ao heterónimo de Pessoa, cuja obra Lindeza Diogo propõe que seja lida como literatura infantil eduardiana. De acordo com a sua linha de análise, «Caeiro é uma história sobre a infância que, tal qual o *Peter Pan*, no-lo dá, a um tempo, como um lugar encantado e a impossibilidade desse lugar: intimidade ou sono

de cem anos» (p. 84). Essa condição infantil abrangeria, para além da figura de Caeiro, o próprio discurso:

«São recorrentes correlatos da fórmula de abertura “era uma vez”; os poemas são frequentemente episódios cujo relacionamento temporal é tão indefinido como os cronótopos em que nos situam aquelas fórmulas de abertura; as coisas tendem a ser nomeadas e não descritas; a parcimónia descritiva isola-as em unidades auditivas singulares ou dá-no-las em pequenos apanhados de figuras esquemáticas» (p. 85).

O segundo estudo é consagrado a Virgínia de Castro e Almeida. Considerando quatro das suas novelas — *Céu Azul* e *Em Pleno Azul* (de 1907), e *História de Dona Redonda e da sua Gente* e *Aventuras de Dona Redonda* (de 1943) —, Lindeza Diogo procura estudar os dois grandes momentos que caracterizam a sua obra, assinalando «a evolução de um ideário de tipo iluminista para formas de reacção antimoderna, situadas em grande parte no interior da ideologia salazarista» (p. 89).

O A. termina o seu trabalho com a análise de duas obras separadas por meio século e por modos profundamente divergentes de representação da infância: *Esteiros* (1941), de Soeiro Pereira Gomes, e a série dos nossos dias *Triângulo Jota*, de Álvaro Magalhães. A propósito do primeiro observa que «a criança está no lugar do proletariado — e não só porque o proletariado e estas crianças sofrem directa ou indirectamente os efeitos da exploração da sua força de trabalho» (p. 109). Quanto ao segundo, um produto genuíno da literatura de massas, nota que a infância está «por aquela nova pequena-burguesia onde tendencialmente viriam dissolver-se, se não todas as velhas classes, todas as velhas identidades sociais» (p. 115). A distância que separa as duas obras sugere a conclusão final, bem pouco abonatória para a literatura infantil que se vai fazendo em Portugal:

«Da criança artista, da criança zagal ou da criança proletário a este triângulo de crianças e a esse romacear de puros actos de consumo a que em rigor se deveria chamar *consumismo*, quanta distância percorrida! E outro não é o domínio de obras mais sérias e mais sérios autores como uma Alice Vieira, ou o Mário Castrim que escreve a *Viagem a Fátima*» (p. 116).

3. Concluindo, podemos dizer que estamos perante uma obra que certamente passará a constituir um ponto de referência na bibliografia portuguesa sobre literatura infantil. Por um lado, pela capacidade de perspectivar o objecto em relação com contextos históricos e outras práticas culturais, prestando especial atenção — nada vulgar nos poucos ensaístas portugueses que escreveram sobre o assunto — à literatura infantil inglesa, a primeira a constituir-se e a legitimar-se. Por outro, pela leitura inovadora — e às vezes provocadora — que nos propõe de autores portugueses como Caeiro, Virgínia de Castro e Almeida, Soeiro Pereira Gomes ou Álvaro de Magalhães.